



Inflação é a menor para janeiro em 4 décadas

DE SÃO PAULO

A inflação oficial do País fechou janeiro de 2017 com a menor alta para os meses de janeiro de toda a série histórica iniciada em 1979 - ou seja, em quase quatro décadas.

A constatação é do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou ontem, no Rio de Janeiro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA): 0,38%.

No entanto, em janeiro deste ano a taxa subiu 0,8 ponto percentual em relação a dezembro de 2016, ao passar de 0,3% para 0,38%. É, porém, 0,89 ponto percentual inferior ao apurado em janeiro do ano passado: 1,27%.

Com o resultado de janeiro deste ano, a inflação acumulada pelo IPCA nos últimos 12 meses é de 5,35%, ficando 0,94 ponto percentual abaixo dos 6,29% apurados nos 12 meses encerrados em dezembro de 2016.

Os dados do IBGE indicam, ainda, que a alta de janeiro deste ano foi puxada pelas tarifas de ônibus, que, pressionadas pela alta dos combustíveis (1,28%), subiram 2,84%, liderando o ranking dos principais impactos individuais, com 0,07 ponto percentual para a taxa global do mês. Item importante nas despesas do consumidor, os ônibus urbanos têm expressiva participação de 2,61% na formação do IPCA.

Com a alta das tarifas dos coletivos, o grupo transportes apresentou a mais elevada variação na composição de grupo (0,14%). (Estadão Conteúdo)

Fonte: Jornal A
Tribuna – 09/02/2017

Percentual de pessoas com dívidas em atraso cai em 2016

Caiu para 46% o percentual de brasileiros que atrasaram ou deixaram de pagar alguma conta em 2016, contra 53% registrados o ano anterior, aponta pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). Os compromissos que apresentaram maior quantidade de atrasos foram as contas de cartão de crédito (19%), luz (17%) e internet (13%) – que avançou 4 pontos percentuais ante 2015.

Do grupo que atrasou ou deixou de honrar pagamentos nos últimos 12 meses, 65% teve incluído ou ainda está listado em algum serviço de proteção ao crédito. Em 2015, o número chegou a 68%. Entre as classes C, D e E, o percentual sobe para 69%. Do total negativado em 2016, apenas 15% conseguiram regularizar a situação, enquanto 50% seguem com nome sujo. No último relatório de inadimplência do SPC Brasil e CNDL, divulgado no fim de 2016, 58,3 milhões (39%) de brasileiros adultos estavam em listas de inadimplência.

Fonte: Jornal A Tribuna – 09/02/2017

Modernização trabalhista e sistema antifraude são temas de encontro

A proposta de modernização trabalhista foi um dos temas abordados em encontro entre o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, e lideranças políticas nacionais, na tarde desta quarta (08). "Com a modernização, vamos resolver inúmeros litígios trabalhistas", afirmou o ministro.

Outro tema tratado discutido foi a plataforma tecnológica do Ministério do Trabalho, que ampliará a capacidade de identificação de requerimentos suspeitos do Seguro-Desemprego, para bloqueio de pagamentos indevidos. Implantado em dezembro, o sistema já possibilitou o bloqueio de R\$ 45 milhões em benefícios fraudulentos em todo o Brasil.

Participaram do encontro o pastor José Wellington da Costa, presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil (CGADB); pastor Frauziliano Araujo, vice-presidente das Assembleias de Deus de Campinas (SP); o deputado federal João Campos, presidente da Frente Parlamentar Evangélica; o deputado federal Ronaldo Fonseca; e o diretor-executivo da Casa Publicadora das Assembleias de Deus, Ronaldo Rodrigues de Freitas.

Fonte: <http://trabalho.gov.br/component/content/article?id=4245>

Ministro e embaixador da Alemanha debatem proposta de modernização trabalhista

A modernização trabalhista e como ela irá proteger os trabalhadores e tornar o Brasil um país seguro aos empregadores foi o tema do encontro do ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, com o embaixador da Alemanha no Brasil, Georg Witschel, nesta quarta-feira (8). O embaixador queria informações sobre o projeto de lei elaborado pelo governo, principalmente por causa das empresas alemãs com fábricas instaladas no país. O ministro do Trabalho lembrou que a modernização está fixada em três eixos: consolidação de direitos, segurança jurídica e oportunidade de ocupação e renda para todos. "Os principais direitos adquiridos pelos trabalhadores estão na Constituição. São direitos como férias, 13º salário, vale-transporte, entre outros. Não vamos alterar isso. Não faremos nada que prejudique os trabalhadores. Pelo contrário", reforçou o ministro. Ronaldo Nogueira também afirmou ao embaixador alemão que a segurança jurídica às empresas é uma das prioridades da modernização. "A modernização vai permitir que nos acordos coletivos entre patrões e empregados se delibere sobre itens como banco de horas, intervalo de almoço e participação nos lucros. E esses acordos, depois de homologados pelo Ministério do Trabalho, ganharão força de lei, evitando interpretações diferentes mais tarde", explicou. Georg Witschel agradeceu a atenção do ministro e disse que irá encaminhar ao Ministério do Trabalho uma cópia da legislação trabalhista alemã. Ela é considerada uma das mais flexíveis da Europa e também uma das mais eficientes no combate o desemprego.

Fonte: <http://trabalho.gov.br/component/content/article?id=4246>

Encontro discute gestão de convênios e termos de cooperação

Estruturar uma rede descentralizada de gestão, acompanhamento e fiscalização de convênios e termos de cooperação. Esse foi o tema da reunião ocorrida na Secretaria de Economia Solidária com a participação de representantes das superintendências regionais de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A criação desta rede visa fortalecer a relação entre o Ministério de Trabalho e as superintendências regionais de todo o país a partir de ações de capacitação e otimização de recursos. O encontro também serviu para que fossem feitas solicitações que dessem subsídio às políticas de fomento à economia solidária. Dentre elas a capacitação de agentes públicos, instituição de cargos de carreira voltados à economia solidária, e aporte de recursos para ações de acompanhamento e fiscalização nos municípios parceiros. A partir das reivindicações, o secretário de Economia Solidária, Natalino Odalkoski, propôs a criação de um projeto piloto abarcando a gestão descentralizada de convênios. "Nossa preocupação é dar voz aos atores da economia solidária para nortear os trabalhos de parceria", acrescentou o secretário. Ainda com essa finalidade, propôs um encontro de capacitação em políticas de fomento à economia solidária, com a participação de representantes de todas as superintendências.

Fonte: <http://trabalho.gov.br/component/content/article?id=4247>

Planalto quer votar reforma da Previdência no dia 6 de abril

O ministro Eliseu Padilha (Casa Civil) e os deputados Arthur Maia (PPS-BA) e Carlos Marun (PMDB-MS), relator e presidente da comissão especial da reforma da Previdência (PEC 287/16), acertaram o calendário de votação do texto na Câmara, antecipou o jornalista Lauro Jardim, em seu blog, n'O Globo. Nesta quinta-feira (9), vai ser instalada a comissão especial. A comissão terá até 40 sessões para analisar o texto, sendo que nas primeiras 10 podem ser apresentadas emendas à proposta e o relator, em seguida, poderá apresentar o seu parecer sobre a matéria. Na terça-feira (14), vai ser apresentado à comissão o plano de trabalho acertado entre os três. Pelo calendário, o governo não pretende perder muito tempo com longos debates em audiências públicas. Esse plano prevê que até 15 de março, será lido o parecer de Maia. No dia 21 de março, será votado o texto na comissão especial. Uma semana depois, 28 de março, será votado em primeiro turno no plenário da Câmara. Para aprová-la, o governo precisa reunir pelo menos 308 votos favoráveis. No dia 6 de abril, o texto será votado, em segundo e último turno pelo plenário da Casa. Depois, segue ao exame do Senado Federal.

Fonte: <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/26703-planalto-quer-votar-reforma-da-previdencia-no-dia-6-de-abril>